

Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Registro e Redação Legislativa



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA
2ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026.

INÍCIO ÀS 15H10

TÉRMINO ÀS 16H14

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Estão presentes 2 deputados: deputado Chico Vigilante e deputado Fábio Félix.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – Reinício os trabalhos. Está aberta a sessão.

Convido o vice-presidente desta casa, deputado Ricardo Vale, para presidir a sessão.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Rogério Morro da Cruz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, nós, Partido dos Trabalhadores, Partido Democrático Trabalhista, Rede Solidariedade, Partido Comunista do Brasil e PV, juntamente com as nossas bancadas – eu, deputado Gabriel Magno, deputado Ricardo Vale, deputada federal Erika Kokay, senadora Leila e deputado federal Reginaldo Veras –, acabamos de protocolar nesta casa um pedido de investigação que, uma vez bem feita, levará ao *impeachment* do governador Ibaneis Rocha.

Sobre essa situação do BRB, não adianta colocarem toda a culpa no Paulo Henrique. Quem foi que nomeou o Paulo Henrique? Não fui eu. Não foi o deputado Gabriel Magno. Não foi o deputado Ricardo Vale. Quem nomeou foi o governador Ibaneis, que dizia que o Paulo Henrique era a pessoa mais competente do mundo. Nós vimos a competência dele.

Ele colocou em risco um banco que é fator de desenvolvimento para o Distrito Federal. O BRB está numa situação dramática. Quando nós insistimos que era um mau negócio, falaram mal de nós, disseram que nós estávamos trabalhando contra Brasília – e agora está aí o resultado, a

gravidade disso.

A cada momento, aparecem mais questões. Eu estava lendo, deputado Ricardo Vale e deputado Joaquim Roriz Neto, uma matéria que dizia que esse tal de Daniel Vorcaro deu de presente um apartamento que vale R\$30.000.000 para uma menina que não era filha dele. Enquanto isso, os servidores do Distrito Federal pagavam aqueles juros; houve gente que se suicidou, entre os superendividados.

O rombo que se fala é de R\$5.000.000.000. Vão tirar dinheiro de onde para cobrir isso? A carteira, os títulos que o BRB comprou não existem. Eu estava vendo hoje que um desses títulos é de uns terrenos do Ronaldinho Gaúcho, que afirmou que nunca vendeu os terrenos, que não os passou para o Vorcaro. No entanto, o Vorcaro disse que os terrenos eram dele e pegou R\$300.000.000 dos terrenos que pertencem ao Ronaldinho Gaúcho. Esse banco é uma pirâmide financeira.

Hoje nós protocolamos aqui o pedido de *impeachment*. Nós também o protocolamos no Superior Tribunal de Justiça, já está em andamento. Amanhã, às 17 horas, vamos nos reunir com o procurador-geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para encaminhar uma representação para que este órgão também investigue essa situação.

Quero abordar um segundo ponto. Quero falar desse cartel dos combustíveis do Distrito Federal. Isso é uma vergonha.

A Petrobras, na semana passada, diminuiu o preço da gasolina em 5,2% – isso corresponde a R\$0,14 – e os proprietários de postos fizeram uma manobra sórdida. De imediato, eles diminuíram o preço. Houve postos que venderam a R\$5,99 o litro da gasolina, e hoje quase todos estão vendendo a R\$6,49.

Como se não bastasse, aumentaram o preço do litro do etanol para R\$5,29. O preço do litro do etanol hoje é R\$5,29.

Portanto, é preciso que o Procon aja – e eu já o provoquei por meio de representação –, que a Promotoria de Defesa do Consumidor aja, que o Cade reabra os processos, que a delegacia que cuida de defesa do consumidor também venha a agir, porque nós, pobres moradores de Brasília, somos indefesos nas mãos desse cartel maldito, que só visa ao lucro, que só visa a prejudicar a população do Distrito Federal.

Eu estou defendendo que está na hora de tabelar os preços dos combustíveis no Brasil. É a única saída para a população se livrar desses malfeitores travestidos de comerciantes. Boa parte deles, na verdade, são ladrões.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Dando continuidade ao comunicado de líderes, concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas – são apenas 6 parlamentares presentes hoje, na sessão. Boa tarde aos servidores desta casa e à imprensa que continua cobrindo a Câmara Legislativa.

Hoje é 4 de fevereiro, deputado Ricardo Vale, e Brasília vive a maior crise política, econômica, ética e moral de sua história. A primeira sessão ordinária desta casa neste ano de 2026 foi no dia de ontem, 3 de fevereiro, no meio da maior crise política, econômica, financeira, moral e ética desta cidade, e uma coisa chama muito a atenção, deputado Ricardo Vale: a ausência do Governo do Distrito Federal. Não há, de novo, ninguém para mostrar a cara à sociedade. O GDF sumiu; o governo Ibaneis-Celina desapareceu. Já havia sumido antes, porque a saúde está um caos, abandonada, as pessoas estão morrendo; porque a educação é um desastre; porque a assistência social foi jogada de lado; porque a vida das pessoas está muito difícil. A média do desemprego no

Distrito Federal é o dobro da média nacional. Então, o governo Ibaneis-Celina já havia desaparecido da vida da população. Mas é inaceitável e inacreditável que, diante da maior crise, não tenham coragem de vir aqui, de dar respostas ao que nós estamos vivendo.

Nesta semana, deputado Ricardo Vale – ontem e hoje –, o governador Ibaneis passa a ser oficialmente investigado pelo STJ, em virtude de um pedido protocolado pela oposição – pelos partidos PT, PCdoB, PV, PDT e Rede – e pela Polícia Federal, que também abre um inquérito policial para investigar o maior esquema de corrupção da história desta cidade.

E não adianta o governador Ibaneis, agora, mudar o discurso, deputado Max Maciel, dizendo que não sabia de nada, que foi pego de surpresa. Está escrito, está noticiado pela imprensa, está gravado. Estão assinadas pelo governador as diversas vezes em que ele foi a público no ano passado, em 2025, defender a operação do Banco Master. Tentou, inclusive, politizá-la. Não fui eu que disse; foi o governador que disse que a compra era boa, acertada e que a oposição estava querendo atrapalhar o BRB e a cidade. Depois ele disse que o Banco Central negou a operação. Alegou que isso era coisa do PT e que ele ia recorrer.

Esse é o problema, deputado Ricardo Vale, daqueles que acham que ter muito dinheiro ou poder resolve tudo. Acham que estão acima do bem e do mal, acima da investigação e acima da lei, mas não estão.

O problema é que, depois que a investigação veio a público, depois que as operações fraudulentas e criminosas do Banco Master vieram a público, o silêncio pairou. Não existe 1 palavra do governador. Agora, ele tenta dizer que não sabia, que a culpa não é dele. Mas ele diz que tudo o que acontece no governo dele, ele sabe, e que tudo o que acontece no governo dele acontece porque ele é o governador. Mudou o posicionamento por conveniência? É preciso ter respeito com a cidade e com seu patrimônio.

Eu vou falar de novo, deputado Ricardo Vale: acabamos de protocolar nesta casa mais um pedido de *impeachment*. Digo mais uma vez: esta casa tem, hoje, a oportunidade de escrever seu nome na história política do Distrito Federal, de se comprometer com o povo por não trazer para dentro da Câmara Legislativa essa crise que colocou o DF na lama, mais uma vez.

Existe uma grande oportunidade passando na nossa frente. Para isso, é preciso que se abra imediatamente a CPI para investigar os fatos e é preciso que se abra o processo de *impeachment* do governador, que perdeu todas as condições políticas e morais de continuar governando e administrando esta cidade.

Ele levou mais uma vez o Distrito Federal para a lama, para as páginas policiais. Estas talvez sejam as 2 maiores crises da história da República: o Banco Master com os bilhões e o 8 de janeiro com a tentativa de golpe de Estado. Há nelas a digital, o dedo, a cara do governo Ibaneis-Celina.

Eu quero concluir, deputado Ricardo Vale, com o que está acontecendo no mundo e no Brasil: o papel da extrema-direita no processo político. Nós vimos recentemente, mais uma vez, inacreditáveis arquivos do caso Epstein que envolvem figuras como Trump e outras figuras da extrema-direita no mundo todo, inclusive no Brasil, em denúncias gravíssimas de tráfico sexual, de pedofilia, de abuso sexual de crianças e adolescentes, de tráfico de mulheres. É escandalosa a rede criminosa internacional da extrema-direita que ataca direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Parece que esse é o método que essa turma gosta de usar para fazer política.

Quero lamentar, para encerrar, a postura de parlamentares do PL do Distrito Federal que, nesta semana, votaram, no Congresso Nacional, contra a garantia de gás para o povo brasileiro. Essa é a turma.

Dá para entender a razão dessa votação, porque, no governo Bolsonaro, do PL, o povo brasileiro teve que recorrer à lenha porque não conseguia comprar gás. O governo Bolsonaro é o governo da fome, o governo da fila do osso, o governo que colocou o povo brasileiro na miséria. É inacreditável a crueldade de parlamentares da extrema-direita do PL, inclusive os daqui do Distrito

Federal, ao votarem contra a dignidade do povo brasileiro de ter em suas casas acesso ao gás para poder cozinhar e garantir a segurança alimentar e nutricional das suas famílias.

Ainda bem, deputado Ricardo Vale, que atualmente são minoria no Congresso e na sociedade, e o governo Lula, apesar daqueles que teimam em atrapalhar o desenvolvimento do Brasil, tanto econômico quanto social, continua avançando.

Este é um ano fundamental para a história do povo brasileiro e deste país. Nós vamos continuar transformando o nosso país, apesar da tentativa desesperada da extrema-direita de buscar anistia para criminosos e agir contra o povo brasileiro, ao impedir as famílias brasileiras de terem acesso ao gás.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (Bloco PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde, presidente desta sessão, deputado Ricardo Vale. Saúdo todos que nos acompanham no plenário e pela TV Câmara Distrital.

A capital do país, que tem tantas coisas bonitas para mostrar para o Brasil, como monumentos, um céu maravilhoso, pessoas aguerridas, um mercado consumidor sem igual, novas indústrias em crescimento e um comércio pujante, poderia ser referência em pautas de turismo para o país inteiro. No entanto, infelizmente, tem amargado notícias muito tristes para o Distrito Federal.

A imprensa nacional tem dado destaque a Brasília como nunca antes, deputada Paula Belmonte. Frequentemente, assisto aos canais G1, CNN, Globo News – acompanho todos. É impressionante como, 24 horas por dia, o problema do BRB e do Master está sendo noticiado, com o governador Ibaneis no centro do caos.

Ontem à noite, o Jornal da Globo destacou que o governador vai responder no STJ e apresentou, em um gráfico, as ligações dele com tudo que o BRB e o Master vêm desenvolvendo. A cada dia, surgem novas informações cada vez mais graves. Já sabíamos que R\$2 bilhões era um valor absurdo, mas agora foi revelado que, mesmo com a recomendação contrária da diretoria financeira do banco, o presidente insistiu nas compras e negociações com o Master. Isso, deputada Paula Belmonte e deputado Gabriel Magno, coloca em risco o desenvolvimento do Distrito Federal, pois o comércio desta cidade depende dos investimentos do BRB, a indústria desta cidade depende dos investimentos do BRB, o sistema da construção civil, que é tão pujante no Distrito Federal, depende dos investimentos do BRB.

Temos debatido esse assunto repetidamente, como se estivéssemos mascarando um chiclete, porque é realmente muito triste e doloroso ver a capital chegar a este ponto de correr o risco de o nosso banco sofrer uma intervenção e a população do Distrito Federal ter que arcar com consequências financeiras em um grau nunca vivido no Distrito Federal.

Sabe o que mais me angustia? É que nós avisamos. E mais: não avisamos falando coisas sem fundamento; nós apresentamos documentos. Argumentamos que faltavam relatórios, que o título não fazia sentido, que ninguém havia comprado esse negócio. E eles, aqui, afirmavam que era possível. Eis a situação em que estamos hoje.

Quero lembrar a todos presentes e aos que nos acompanham em casa que, no ano passado, chegou a esta casa um projeto relacionado ao Iprev. Não sei se os senhores se recordam, deputado Gabriel Magno e deputado Joaquim Roriz Neto, mas o Iprev pretendia utilizar seus investimentos, colocando-os também à disposição.

Diante do contexto apresentado, informo que nosso mandato realizou uma representação ao Tribunal de Contas, pois já existiam indícios de que o Iprev também estava envolvido nessa compra, considerando que ele detém, salvo engano, 19% das ações do BRB. Se o BRB está em crise, aposentados, pensionistas e funcionários públicos do Distrito Federal correm o risco de ter comprometida a saúde financeira do caixa.

É importante recordar que uma gestão anterior transferiu para o Iprev terrenos da Terracap e ações do BRB, a fim de garantir segurança financeira à previdência da população.

Nós fizemos a representação, e o Tribunal de Contas a autorizou. Estou dizendo que essa representação do nosso mandato foi feita no dia 28, e, em plenário, o Tribunal de Contas acatou-a e determinou inspeção presencial no Iprev e no BRB. Então, quero trazer à população que nós estamos de olho, estamos acompanhando.

Agora o Tribunal pede que o Iprev, em 30 dias, apresente uma lista completa de todos os investimentos que compõem o Fundo Solidário Garantidor, reserva que garante o pagamento das contas da previdência e que é composta por ações do BRB; Ao BRB, ele pede que apresente, também em 30 dias, o balanço financeiro mais recente, auditado e aprovado, bem como os estudos da estimativa dos investimentos em curso, como, no caso, a Operação Compliance Zero.

É uma representação que nós realizamos no ano passado, que nós seguimos acompanhando. O Tribunal de Contas a acatou e mandou fazer essa inspeção. Agora, a equipe técnica do Tribunal de Contas vai organizar o calendário dessa inspeção e a ficha técnica, para que possam verificar a situação *in loco*.

Isso tudo é muito sério. Se isso de fato se comprovar, infelizmente, os aposentados e pensionistas do Distrito Federal, deputado Ricardo Vale – eu sei que o senhor fez uma ação nesta casa para o Iprev também, para alertar sobre isso –, irão sofrer como nunca, como já vêm sofrendo com os vários financiamentos que comprometem mais de 70%, às vezes até 100% do seu rendimento – não é, deputada Paula Belmonte?

Trago esse comunicado. Nós vamos acompanhar tanto o andamento no Tribunal de Contas quanto essa auditoria presencial nos 2 órgãos. Esse é o nosso papel legislativo, e todos nós temos interesse de que o Distrito Federal saia dessa crise.

A deputada Paula Belmonte, assim como eu e outros aqui, pensa em um dia governar esta cidade. Ninguém quer pegar uma cidade na lama, ninguém quer pegar uma cidade estrangulada. É muito doloroso nós imaginarmos que possivelmente, na próxima gestão, nem banco vai existir.

Todo dia aumenta o problema. A imprensa fala: não são mais R\$4 bilhões, são R\$7 bilhões. Fala-se em bilhão, deputado Gabriel Magno, como se fosse R\$10 no seu bolso. Bilhão é tanto dinheiro, pessoal, que é um absurdo, de tanta complexidade! É muito dinheiro, e não se acha fácil, não. Se achar R\$1 bilhão fosse fácil, já teriam achado, já estaria resolvido o problema. É difícil achar R\$1 bilhão. Agora, imaginem R\$7 bilhões, R\$12 bilhões.

Tem, sim, que ser responsabilizado cada um que acordou de manhã, tomou café, almoçou, jantou, sentou-se com quem quer que seja – do Judiciário, do Executivo, do Legislativo – e tramou isso pelas costas da população do DF.

É isso que nós queremos saber e é isso que nós vamos seguir denunciando.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB. Como líder.) – Mais uma vez, eu quero agradecer a Deus a oportunidade de estar aqui. Chegar até aqui não é fácil, como mulher, como mãe, como cidadã, mas também como alguém que acredita que a política é transformadora. A política foi criada para cuidar das pessoas. Aqui no DF, a referência, desde que as pessoas vieram para fazer a interiorização do país neste Planalto Central, deveria ser a esperança. O DF deveria ser referência na política, mas hoje, infelizmente, mais uma vez, Brasília, capital do nosso país, está nas páginas policiais.

Eu quero dizer, assim como o deputado Gabriel Magno e o deputado Max Maciel, que me antecederam, que nós estamos numa crise ética e moral imensa – imensa! –, porque infelizmente o

que nós estamos vendo é que tudo não é combinado, é negociado.

Eu tenho total tranquilidade de vir a esta tribuna e falar tudo isso que eu estou falando porque, quando eu assumi a presidência da Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle, nós já estávamos acompanhando o Iprev. O que fizeram com o Iprev, à época – com o presidente do Iprev, indicado pelo governador atual –, foi um desmando. O Iprev, em 1 ano, rendeu menos do que a poupança, o que gerou um prejuízo milionário para os aposentados de Brasília. Agora, essa negociação aconteceu no BRB, e os aposentados são 20% dos acionistas do banco.

Como foi dito, nós avisamos. Não acreditaram, mas foi avisado que esses créditos haviam sido comprados e não tinham sustentabilidade.

Eu mesma fui uma deputada que fez, formalmente, mais de 70 perguntas. Houve aqui 2 reuniões com o presidente do BRB à época, e ele não respondeu. Então, foi falado, nesta tribuna, que isso era uma farsa. Como eu disse, era um banco de plástico.

Deputado Thiago Manzoni e deputado Chico Vigilante, precisamos nos unir. Os 24 parlamentares precisam assinar a CPI, porque esta é a responsabilidade da Câmara Legislativa: fazer a fiscalização com os 24 parlamentares. Quem não deve não teme. Como disse ontem o governador, que façamos a investigação! E que deputado, que não é da base... O que significa base? Porque o deputado tem espaço no governo? Nós somos representantes do povo. Nós somos representantes desse cidadão que está sofrendo na fila do hospital, que não tem remédio de uso contínuo. É isso que nós precisamos mostrar! A população tem que falar para os deputados, que aqui a representam, para que nós, os 24 parlamentares, assinemos a CPI, para que nós mostremos que, assim como o Congresso Nacional já fez a CPMI, nós também queremos fazer a investigação, para que possamos responder às perguntas e esclarecer a situação.

Ideologia não enche a barriga do povo. O que enche barriga é gestão, é transparência. O povo não quer saber de caixa-preta, mas o que está havendo hoje é uma bela de uma caixa-preta no BRB, porque foi falado que o orçamento gasto era de R\$4 bilhões, depois que era de R\$5 bilhões e agora que é de R\$7 bilhões! Onde iremos parar?

O presidente do BRB hoje foi para São Paulo vender mais de R\$20 bilhões de crédito. Quer dizer, nós estamos falando de um prejuízo que todos nós vamos pagar. Nós temos de fazer com que o BRB continue salvo. Esse era um preço que nós não precisaríamos pagar se tivesse havido gestão e responsabilidade.

Presidente, mais uma vez, além de falar dessa situação do BRB, que nos deixa constrangidos, digo que estou cansada de chegar aos lugares e as pessoas acharem que, em Brasília, só há corruptos. Não! Há gente séria, que quer fazer a diferença. Brasília, com certeza, vai mostrar que política pública funciona.

Agora, eu também quero denunciar, presidente, que R\$13 milhões das minhas emendas foram cancelados sem autorização. Elas foram destinadas às escolas do Distrito Federal. Existem escolas no Distrito Federal que não têm refeitório. Há escola no Distrito Federal em que as crianças ficam ao relento, porque não têm onde brincar em um local com sombra. Agora, na chuva, elas ficam sem brincar; quando não chove, não brincam porque há muito sol. Há escolas no Distrito Federal que não têm portaria. Esse dinheiro, que é de todos nós, deveria servir para que nós pudéssemos dar dignidade às nossas crianças. Foram R\$11 milhões! Não foram atendidas 129 escolas, e o governo pegou o valor para pagar dívida, porque gastou mais do que podia, gastou sem responsabilidade.

Então, fica aqui o nosso pedido para que eles tenham sensibilidade, porque as nossas crianças, os nossos adolescentes, as escolas do Distrito Federal pedem socorro, pedem refeitório, pedem muro, pedem portaria e pedem professor. Nós queremos que a educação faça a diferença.

Que Deus nos abençoe.

Fica aqui a minha sugestão de que os 24 parlamentares assinem a CPI, para que possamos

mostrar ao Distrito Federal e à população brasileira que nós não estamos sendo omissos em relação à maior falcatrua financeira do Brasil.

Obrigada, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Encerro o comunicado de líderes.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Eu sou o primeiro inscrito.

Pego à deputada Paula Belmonte que assuma a presidência dos trabalhos da mesa.

(Assume a presidência a deputada Paula Belmonte.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Eu assumo a presidência.

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para comunicado.) – Obrigado, presidente.

Senhoras e senhores deputados, é muito triste o que todos nós estamos acompanhando aqui, o que vem acontecendo com o BRB. Todo dia é uma nova notícia horrível. A cada dia é um crime que aparece, ao ponto de a auditoria que o próprio banco está fazendo já ter acionado a Polícia Federal e o Banco Central, de tão escandaloso que é o problema.

O BRB é um banco extremamente importante para o povo do Distrito Federal. É o banco que paga os servidores públicos do Distrito Federal. É um banco que empresta recursos para pequenos, médios, grandes empresários, sejam do campo, sejam da cidade. É um banco que fomenta a cultura e o esporte no Distrito Federal. É um banco que gera emprego e renda em vários setores da nossa sociedade. É um banco que cuida dos investimentos dos aposentados, do Iprev. É um banco que tem um papel social muito grande no Distrito Federal. É o banco que distribui o Cartão Prato Cheio. É o banco que distribui o Cartão Material Escolar. É o banco que entrega para os estudantes o passe livre estudantil. É o banco que distribui o vale-gás, o Cartão Creche e agora o Cartão Uniforme Escolar.

O Cartão Uniforme Escolar foi inclusive um projeto de lei que nós apresentamos aqui e que todos os deputados aprovaram por unanimidade. O governo vetou, mas mandou o mesmo texto. Hoje isso virou uma realidade, porque foi esta casa que debateu essa pauta, foi esta casa que a trouxe para cá.

Eu quero fazer um alerta. Já foram distribuídos 155 mil Cartões Uniforme Escolar; mas, no dia 10, as aulas voltam e, infelizmente, esses uniformes vão vir sem a identificação das escolas do Distrito Federal. Vai estar escrito neles só “regional de ensino”. Para a segurança da comunidade escolar como um todo, isso é péssimo, deputada Paula Belmonte. Isso pode trazer uma insegurança muito grande para as famílias, para os professores, para os diretores, porque qualquer um com a camisa escrito “regional de ensino” vai poder entrar na escola.

Sabemos que vivemos um problema muito sério de violência, de intolerância e de preconceito. É possível que a violência aumente nas escolas. Foi por isso inclusive que nós acionamos o Ministério Público do Distrito Federal com uma representação para que ele possa fazer o Governo do Distrito Federal cumprir uma lei que obriga a vir escrito o nome das escolas nos uniformes dos alunos do Distrito Federal. Esperamos que o Ministério Público pegue essa peça, converse com o governo e o obrigue a fazer com que essas escolas sejam identificadas, porque há muitos pais preocupados, há muitos diretores de escola preocupados. Já há pais pegando o uniforme e mandando colocar o nome da escola. Há diretores que não vão aceitar essa situação, vão recolher os uniformes e mandar para as malharias para colocar o nome da escola.

Vai ser uma bagunça. Já estou vendo, no início das aulas, na semana que vem, deputado Gabriel Magno, uma confusão terrível em função desse absurdo. Aliás, descumpriu-se uma lei de 1996 que obriga a identificação das escolas. Fica aqui o meu apelo.

Eu cheguei a conversar com a vice-governadora Celina Leão. Eu a alertei, logo no início,

quando eles começaram a distribuir o cartão. Conversei com o subsecretário de Educação, o Isaias. Nós o alertamos também, mas a Secretaria de Educação fez uma portaria. Mas portaria não vale mais do que lei, portanto o Governo do Distrito Federal descumpriu uma lei.

Espero que ele reveja isso o mais rápido possível. O ano vai começar semana que vem trazendo muita insegurança para os nossos alunos e para toda a comunidade escolar. É preciso que o governo faça alguma coisa e reverta esse erro que ele cometeu. Fica aqui esse alerta.

Quero dizer que vamos acompanhar com muita atenção esse processo. Espero que o governo resolva logo essa questão. Poderia muito bem ter aumentado um pouco o valor do Cartão Uniforme Escolar para que fosse colocada a identificação das escolas. O que não pode, em detrimento de assim se gerar economia para as malharias, é colocar os alunos, os profissionais de educação e a comunidade escolar em risco. A segurança da comunidade escolar dos alunos é muito mais importante do que a economia das malharias, do Cartão Uniforme Escolar e do governo.

Ainda dá tempo de corrigir esse erro. Espero que o governo atente para isso e que a Secretaria de Educação fique esperta e reverta essa situação. A nossa esperança é que o Ministério Público faça cumprir a lei que o governo passou por cima.

Muito obrigado. Boa noite a todos vocês.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Muito grata, deputado Ricardo Vale.

Espero que seja contemplada a questão da segurança das nossas crianças e adolescentes.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para comunicado.) – Presidente, agradeço o direito à fala.

Nós abrimos os trabalhos da casa ontem. Eu gostaria de tecer alguns comentários sobre um tema que eu sei que está todo mundo – a imprensa, a sociedade e os parlamentares – acompanhando atentamente. Não podíamos deixar de fazer um balanço da Câmara Legislativa e do BRB nesse caso, porque acho importante registrar isso.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal foi humilhada, deputado Gabriel Magno, pelo presidente do banco, Paulo Henrique. Nós participamos, para quem não sabe, de 2 reuniões nesta casa com o presidente Paulo Henrique e a diretoria do BRB para explicar a proposta da compra. Ele exigiu que essas reuniões fossem a portas fechadas, que não entrassem nem os assessores parlamentares da Câmara Legislativa, que fossem só os deputados.

Nessas reuniões, em tom ameno, falando tranquilamente, o presidente Paulo Henrique mentiu descaradamente para os deputados distritais. Ele mentiu e omitiu dados. Ele falou da compra do Banco Master por R\$2 bilhões e depois descobrimos que esses R\$2 bilhões não eram nada, porque eles já tinham gastado R\$12 bilhões em ativos podres e outros ativos do Banco Master.

A todo momento descobrimos, nessa liquidação, que o BRB é dono de alguma coisa – de bar, de restaurante, de parte de estádio. Os investimentos viraram uma bagunça depois daquilo que eles fizeram. Isso aconteceu, deputada Paula Belmonte, numa reunião, na frente dos deputados, acompanhados algumas vezes de secretários do governo e de outras autoridades.

Esta casa, do meu ponto de vista, foi humilhada pelo então gestor do BRB. Não podemos aceitar isso calados, porque, quando a Câmara Legislativa é humilhada, não é a instituição, são os 24 deputados distritais. Se eu, que votei e lutei contra, fico envergonhado, imagino os colegas que foram enganados porque acreditaram nos argumentos mentirosos do governo sobre a compra e agora estão com suas caras estampadas como alguém que validou esse processo. Imagino a situação desses colegas agora.

Eu acho que esse processo tem que ser pedagógico para nós, a fim de que não se repitam alguns comportamentos de votação de projetos de lei a toque de caixa, sem que haja tramitação nas comissões, sem que haja dados. O governo manda projetos de lei para esta casa sem nenhum anexo, sem explicar nada. Nós alertamos sobre projetos de lei de crédito para o transporte público,

uma vez que não explicam o que deve ser pago às empresas e querem que votemos milhões. Há projeto de lei de crédito para a Novacap e para obras, com várias obras paradas – mesmo assim, votamos.

Nós não podemos aceitar isso. Esta casa precisa dar uma resposta à humilhação que o BRB e seu ex-gestor impuseram à Câmara Legislativa do Distrito Federal, porque agora entendemos que já havia R\$12 bilhões investidos, que há um tombo enorme e que a população vai pagar a conta. Alguns dizem que isso pode não sair do orçamento, mas, mesmo com vendas de ativos, a população paga a conta, porque é a sócia majoritária do BRB, patrimônio desta cidade. Então, pedir dados é algo muito importante para nós.

Encaro a ausência do governador, da vice-governadora e de qualquer representante do governo na abertura dos trabalhos como um gesto de desprezo. Se isso representa crise – e é uma crise gigantesca, brutal, que eles estão vivendo agora –, o cenário político do DF mudou. A conjuntura mudou. O povo que estava em um pedestal enorme agora aparece dando entrevista com blusa branca, parece blogueiro. A crise mudou a situação política do DF. O povo está tendo que pedir desculpas na televisão, algo que nunca fizeram, porque sabem que a crise é enorme. E ela não acaba amanhã, porque as investigações continuam, estão apurando os tentáculos do Banco Master e seus operadores na República brasileira. Para mim, elas têm que ir até o fim e alcançar todos os envolvidos. Isso é muito importante.

Essa ausência de representantes do governo significa que a crise é gigantesca, mas também é um desprezo por esta casa, um desprezo em prestar contas. Esta casa, especialmente a base, nos momentos em que o governo mais precisou, esteve presente. Mas eles não vieram aqui para assumir a sua posição. O Poder Legislativo precisa dar uma resposta ao que está acontecendo no Distrito Federal. É isso que conclamo hoje.

A instauração da comissão parlamentar de inquérito e a abertura do processo de *impeachment* honrariam a população do Distrito Federal. Nós temos o processo de *impeachment* protocolado pelo PT, pelo PSOL, pelo PSB e por vários partidos. É importante que essa apuração aconteça de forma rigorosa. É importante que esta casa não assine um cheque em branco. É importante que a Câmara Legislativa do Distrito Federal se posicione nesse contexto. Estaremos no plenário cobrando que isso aconteça, porque a população espera isso de nós neste momento, não espera silêncio.

Encerro, dizendo que, no dia da reunião com o presidente Paulo Henrique, perguntei: “Presidente, em qual jantar vocês deliberaram? Foi na casa de quem o jantar que deliberou a compra do Banco Master pelo BRB?” Ele riu e respondeu: “Não, deputado, não foi um jantar. Foi um ofício que o Banco Master mandou para o BRB no dia 6 de janeiro de 2025, sugerindo que o BRB fizesse a aquisição do Banco Master.”

A cara de pau de quem já tinha investido R\$12 bilhões do banco em ativos podres foi a cara de pau de alguém que já havia rasgado seu compromisso público com a população do DF como gestor público e ainda veio aqui mentir na cara dos parlamentares. É isso que enfrentamos. Por isso, a responsabilidade da Câmara Legislativa do Distrito Federal é muito grande.

Hoje muitos não estão aqui, amanhã muitos não estarão, mas é preciso que uma hora demos a resposta que esta cidade espera. Essa é a sensibilização que quero fazer hoje com meus colegas.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Muito grata, deputado Fábio Félix. Pergunto aos parlamentares se mais alguém deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

Deputado Gabriel Magno, permita-me apenas fazer um registro antes da sua fala, pois ontem foi o aniversário de vossa excelência. Eu o parabeneizei pessoalmente, mas quero registrar aqui no plenário. Desejo que Deus o abençoe, junto com sua família, e lhe conceda saúde e muitos anos de

vida. Que este 2026 seja vitorioso para todos!

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para comunicado.) – Muito grato, deputada Paula Belmonte.

Ontem eu entrei oficialmente no estágio do enta. Sou quarenteiro, deputado Ricardo Vale. E me disseram que entrar no enta é mais fácil; difícil é sair, porque, para sair do enta, é preciso completar 100 anos. Então, vamos aguardar como será esse processo.

Muito obrigado pelos parabéns.

Deputada Paula Belmonte, venho à tribuna, uma vez mais, para dizer que, no dia 9 de fevereiro, na semana que vem, segunda-feira, os professores, as professoras, os orientadores e as orientadoras educacionais da rede pública retornam das férias coletivas. Retornam às nossas escolas para a semana pedagógica e retornam para o início do ano letivo, no dia 12 de fevereiro, na quinta-feira, com o conjunto da comunidade escolar: os estudantes, a comunidade que participa, a carreira PPGE, os contratos temporários, os educadores sociais voluntários.

Eu quero, primeiro, desejar boas-vindas a toda a comunidade escolar do Distrito Federal, que, na semana que vem, segunda-feira, retoma os trabalhos, lembrando sempre que os diretores e as diretoras de escola estão trabalhando e trabalharam muito durante as férias escolares, ao longo do mês de janeiro.

Quero dar boas-vindas aos quase 2.200 professores e professoras que, nesta semana, tomaram posse na Secretaria de Estado de Educação. Essa posse foi fruto de muita luta e mobilização. Eu acompanhei esse processo muito de perto.

Acho que todos aqui acompanharam o processo da greve, da cobrança que ocorreu o tempo inteiro, para que o governo cumprisse o acordo, que, até a última sessão do ano passado, estava sob ameaça.

Agora, mais uma vez, infelizmente, começamos um ano cheio de problemas. Primeiro, já acionamos as Secretarias de Economia e de Educação, porque, dos 3.000 nomeados, apenas 2.200 tomaram posse nesta semana. É fundamental que, o mais rápido possível, possamos tornar sem efeito essas quase 800 nomeações e chamar os próximos da lista, a fim de que seja zerado o banco da carreira do magistério.

Este é um ano que começa com os velhos problemas, que são fruto da incompetência desta gestão do GDF e da Secretaria de Estado de Educação. Mais uma vez, descaso. Há carência de profissionais em todas as carreiras, inclusive do magistério – professores e professoras; orientadores educacionais que não estiveram nessa chamada dos 3.000 nomeados; carreira PPGE, principalmente monitores; e vários cargos de especialistas.

Começamos com a crise do uniforme escolar, que o deputado Ricardo Vale já trouxe a esta tribuna.

Começamos o ano com uma crise orçamentária nas escolas, como a deputada Paula Belmonte bem lembrou e apresentou dados desde o dia de ontem. Não foram cancelados pelo Governo do Distrito Federal apenas os R\$11 milhões em emendas da deputada Paula Belmonte, mas R\$49 milhões em emendas parlamentares do PDAF. Ou seja, foram valores de todos os parlamentares. Isso ocorreu sem justificativa, sem explicação para as escolas. Houve escola que, em dezembro do ano passado, entrou em férias com a informação de que o recurso estaria empenhado, de que seriam pagos em janeiro os valores relativos a R\$100 mil, R\$200 mil. Agora recebem a notícia de que as emendas foram canceladas – com emenda já empenhada!

Não há nenhuma manifestação da Secretaria de Educação a esse respeito. É um silêncio absoluto, mais uma vez. Nós denunciemos essa situação na votação da LOA. Este foi um dos motivos pelos quais votamos contra: o corte de R\$1 bilhão na educação. O PDAF não vai aumentar, o PDAF é

ordinário.

Então, é um ano letivo novo, mas com os velhos problemas estruturais nas escolas: salas superlotadas, dificuldades relacionadas ao conforto térmico e ambiental. Vamos sofrer por mais 1 ano.

Nossas crianças, deputada Paula Belmonte, enfrentam o calor da seca, o barulho ensurdecedor das chuvas, os vazamentos, as goteiras, as inundações, a falta de cobertura nas quadras, a falta de refeitórios.

Mais uma vez, infelizmente, a Secretaria de Educação abandona as escolas. A crise orçamentária do Governo do Distrito Federal tem tentáculos nas secretarias. O Tribunal de Contas, todos os anos, tem alertado para o aumento preocupante das despesas sem contratos da Secretaria de Educação. Aumento de despesas sem contrato! São R\$100 milhões, R\$200 milhões, R\$300 milhões! O que estão fazendo com o recurso da educação pública desta cidade? Os aluguéis continuam, o mais recente está na educação superior. São mais de R\$100 milhões, deputada Paula Belmonte, para alugar um prédio do IESB para que nele esteja o *campus* da universidade distrital de Ceilândia.

Eu acho acertadíssimo que a Universidade do Distrito Federal vá para Ceilândia, para Planaltina, para o Recanto das Emas, mas R\$100 milhões de reais em mais um contrato milionário de aluguel? A própria Secretaria de Educação tem um aluguel milionário em um *shopping*. Em um *shopping*? Nós temos o Centrad, mas o governador – agora parece que recuou do que disse diante da crise do Banco Master – terminou o ano de 2025 dizendo, na arrogância de sempre, que iria vendê-lo: “Não interessa, eu tenho maioria na Câmara Legislativa”.

É um absurdo o que acontece nesta cidade não só na gestão da política pública e do orçamento, mas também nos tentáculos da política na ponta. Infelizmente, a educação desta cidade não tem sido prioridade, não tem sido valorizada, fundamentalmente porque o comando da Secretaria de Educação segue o mesmo caminho do Governo do Distrito Federal. Falo do caminho da incompetência, do descaso com a coisa pública, do descaso com servidores – professores, professoras, orientadores, carreira PPGE – e com aquilo que temos de mais importante, que é a comunidade escolar – nossos estudantes, crianças, adolescentes, jovens e adultos que dependem da escola.

Dou boas-vindas aos servidores, aos trabalhadores, às famílias e à comunidade escolar! Que possamos ter um ano melhor. Isso vai ser difícil e duro diante da incompetência do Governo do Distrito Federal, mas quero deixar registrado, deputada Paula Belmonte – e sei que vossa excelência é uma grande lutadora também – que, nesta casa, vamos acompanhar todos esses processos de perto, fiscalizando, propondo iniciativas e ajudando, inclusive, com recursos. Vamos garantir que as nossas escolas, com os servidores e o compromisso que eles têm com ela e com a educação pública, possam ofertar a melhor educação para as nossas crianças, dando as condições adequadas aos nossos servidores.

Obrigado, deputada Paula Belmonte.

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Sou eu que agradeço a vossa excelência.

Aproveito a oportunidade para desejar a todos os alunos e professores: sejam bem-vindos. Eu sou fruto da escola pública, acredito na escola pública e digo que precisamos fortalecê-la com um ambiente adequado.

Sejam todos bem-vindos!

Deputado Gabriel Magno, sei que o senhor acompanha isso de perto.

Pergunto aos demais parlamentares se querem fazer uso da palavra ainda no comunicado de parlamentares.

Não havendo quem queira fazer comunicado, passo a ler o comunicado da presidência.

Nos termos do art. 114, § 2º, do Regimento Interno, informo aos senhores deputados que não será designada ordem do dia para a sessão ordinária de amanhã, quinta-feira, dia 5 de fevereiro. Nesse sentido, a sessão será apenas discursiva e não será disponibilizada a ordem do dia. Assina o presidente, deputado Wellington Luiz.

Dá-se início à ordem do dia.

(As ementas das proposições são reproduzidas conforme ordem do dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa; as dos itens extrapauta, conforme PLe.)

PRESIDENTE DEPUTADA PAULA BELMONTE (PSDB) – Não há quórum para deliberação.

Que Deus nos abençoe. Que todos estejam com a guarnição de Deus.

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de *sites* governamentais oficiais são reproduzidos conforme informados pelos organizadores dos eventos.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Cade – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
Centrad – Centro Administrativo do Distrito Federal
GDF – Governo do Distrito Federal
IESB – Instituto de Educação Superior de Brasília
Iprev-DF – Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal
LOA – Lei Orçamentária Anual
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PPGE – Políticas Públicas e Gestão Educacional
STJ – Superior Tribunal de Justiça

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA RODRIGUES BARBOSA - Matr. 24419, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa - Substituto(a)**, em 05/02/2026, às 18:50, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2520889** Código CRC: **E8503205**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.3 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9241
www.cl.df.gov.br - serel@cl.df.gov.br

00001-00003680/2026-32

2520889v5